

HABEAS CORPUS Nº 505.680 - MG (2019/0113025-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : ANA CAROLINA VIEIRA GONÇALVES DA SILVA - MG070048
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MICHAEL LUCIO BARCELOS (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MICHAEL LUCIO BARCELOS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do Agravo em Execução n. 1.0301.15.000290-7/001.

Extrai-se dos autos que durante a fruição do livramento condicional, sobreveio nova condenação do paciente. Diante disso, o Juízo das Execuções Criminais revogou o livramento condicionou, retificou o atestado de pena, somou as penas que ultrapassaram 30 anos, sendo nesse patamar declarada a unificação, instituiu o regime fechado e alterou a data-base para aquisição de novos benefícios, estabelecendo como marco inicial a data da última falta anotada (18/12/2017).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, requerendo a fixação do marco inicial de contagem à concessão de novo benefício de livramento condicional, a data do cumprimento integral da pena em que o benefício foi revogado. A Corte estadual, deu provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - LIVRAMENTO CONDICIONAL - CRIME COMETIDO DURANTE A VIGÊNCIA DO BENEFÍCIO - VEDAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO NA MESMA CONDENÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO NA EXECUÇÃO DE OUTRAS PENAS - MARCO INICIAL PARA EXECUÇÃO DE FUTURO BENEFÍCIO - DATA DO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PUNIÇÃO NÃO FIELMENTE OBSERVADA.

1. *A condenação pela prática de delito praticada no curso do livramento condicional impede seja o benefício renovado em relação à mesma pena, embora seja possível concedê-lo no que tange a outras condenações.*

2. *Como não se computa na pena o prazo em que o*

reeducando esteve solto, a concessão do livramento condicional em relação às outras condenações deve ter por base a data do integral cumprimento da punição em que foi revogado o benefício.

3. Recurso parcialmente provido (fl. 59).

Foram opostos embargos de declaração, que restaram rejeitados, consoante o seguinte acórdão:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL - EXECUÇÃO PENAL - LIVRAMENTO CONDICIONAL - PRÁTICA DE NOVO DELITO DURANTE O PERÍODO DE PROVA - MARCO PARA RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO - CONTRADIÇÃO - INOCORRÊNCIA - REDISCUSSÃO - IMPOSSIBILIDADE.

1. A revogação do benefício do livramento condicional, motivada pela prática de outro crime pelo reeducando durante o estágio de prova, impede seja o tempo de pena já cumprido somado para fins de renovação do benefício, em relação à nova condenação.

2. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão dos fundamentos do acórdão, sendo certo que não há contradição, apenas por ter sido adotado entendimento que contraria a pretensão do interessado.

3. Embargos rejeitados (fl. 77).

No presente *writ*, a defesa sustenta que a prática de falta grave não tem o condão de reiniciar a contagem do prazo para a concessão do livramento condicional. Invoca a aplicação da Súmula 441/STJ.

Pondera que não desconhece a vedação legal quanto ao deferimento de livramento condicional em relação à mesma pena em que foi revogado, arts. 141 e 142 da Lei de Execuções Fiscais. Contudo, afirma que o acórdão promoveu a interrupção e alterou a data-base em relação as demais guias em execução, impondo a data do integral cumprimento da pena em que foi revogado o livramento condicional como o termo inicial para contagem de aquisição do benefício.

Requer, assim, em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado até julgamento final do presente *mandamus*. No mérito, busca o afastamento da incidência da interrupção do prazo estabelecido pelo Tribunal *a quo*, como marco inicial para obtenção de novo livramento condicional, devendo-se restabelecer os termos da decisão de primeiro grau.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 85/86).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 91/94).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se, na presente impetração, o afastamento da interrupção do prazo para aquisição dos benefícios de livramento condicional, restabelecendo a decisão de primeiro grau.

O Juízo da execução, diante da nova condenação do paciente, dentre outras providências, determinou a unificação da pena, estabelecendo como marco inicial de contagem para concessão de novos benefícios, a data da anotação da última falta, excetuando o livramento condicional cuja data-base permaneceu estabelecida como a data da primeira prisão. A decisão foi fundamentada nos seguintes termos:

1 - Considerando que, relativamente à guia de seq. n°. 01, o livramento condicional já foi concedido e revogado, retificar o atestado de pena, considerando a data de 02.02.2015 (seq. n°. 1.20), como marco para cômputo de nova concessão do livramento, nos termos do art. 142 da LEP.

2 - Da remição: Declaro a remição de 16 (dezesseis) dias de pena, referentes aos 49 dias trabalhados (considerando a conversão de 06 horas trabalhadas em 01 dia de trabalho) nos meses de dezembro/2017 e fevereiro/2018, tudo nos termos do art 126 da LEP. Consigno que os meses restantes, indicados no atestado de seq. n°. 70.1, já foram considerados, conforme dados constantes na aba "incidentes concedidos", para fins de remição.

3 - Da soma de penas: Considerando a juntada de nova guia no seq. 60.1, já implantada e, ouvidas as partes, impõe-se proceder à soma das penas, nos termos do art. 111, parágrafo único, da LEP, com vistas à fixação do regime de cumprimento da reprimenda.

Destarte, somo as penas do sentenciado em 31 (trinta e um) anos e 28 (vinte e oito) dias de reclusão, motivo pelo qual aplico a norma contida no art. 75 do Código Penal unificando a pena em 30

(trinta) anos, devendo ser respeitado este limite para o cumprimento de pena a partir da última prisão. Para fins de obtenção de benefícios, tais como progressão de regime e livramento condicional, o cálculo deve ser efetuado sobre o total da pena aplicada. Deduzido o lapso temporal da pena já cumprida, eventualmente remida, comutada e indultada, o regime a ser fixado é o fechado, nos termos do art. 33, §2º e respectivas alíneas, do Código Penal Brasileiro.

Procedida a soma de penas do sentenciado, deve-se fixar, no presente momento, a data-base para aquisição de novos benefícios. A alteração da data-base para obtenção de futuros benefícios é consequência natural de nova condenação no curso da execução, ou seja, o lapso temporal para aquisição das benesses é interrompido, reiniciando a contagem do novo prazo de pena a cumprir.

Assim, mantenho a data da última falta anotada (J8.12.2017- seq. nº. 65.1) como marco temporal para novos benefícios. De salientar, no entanto, que a extensão dos efeitos acerca da alteração da data-base não alcança o livramento condicional, que deve manter como data base a data da primeira prisão. Isso porque da leitura do disposto no art. 84 do Código Penal e interpretação sistemática do instituto do livramento condicional, conclui-se que o marco temporal para sua concessão não pode ser descontinuado, por ausência de expressa previsão legal, ocorrendo, quando da decisão de soma, simples mudança no montante de pena sobre o qual será calculado o benefício, já que passará a ser considerada a reprimenda total, com o período acrescido. Contudo, no caso em análise, deve ser observado, como marco para cômputo do livramento, a data de 02.02.2015, conforme item 1 desta decisão. Atualizar o atestado de pena. Confiro força de mandado/ofício à presente decisão cuja cópia deverá ser encaminhada ao sentenciado (fl. 34).

Por sua vez, o Tribunal de origem deu provimento ao agravo interposto pelo Ministério Público, alterando o marco inicial de contagem do prazo para aquisição de livramento condicional, nas demais execuções, a data do integral cumprimento da punição em que foi revogado o benefício. Transcrevo, no ponto, o seguinte fragmento do acórdão, *verbis*:

Da leitura das disposições legais aplicáveis, verifico que não houve equívoco da il. Magistrada, no que tange à possibilidade de concessão futura do livramento condicional, uma vez que há vedação à renovação do benefício somente "em relação à mesma pena" (art. 142 da LEP), de tal sorte a ser possível agraciar o reeducando com a benesse, quanto a outras condenações.

(...)

Portanto, nada obsta que o reeducando, se atendidos os

requisitos legais, faça jus a um futuro benefício do livramento condicional, em relação às penas decorrentes de outras condenações.

Contudo, quanto ao pleito subsidiário, para que o marco inicial seja alterado, verifico que assiste razão ao Parquet, uma vez que o reeducando deve observar integralmente a pena relativa à condenação em que o benefício em questão foi revogado, pois a prática de novo crime no curso do livramento condicional, impede seja computado na pena o tempo em que ele esteve em liberdade (art. 88, CP).

Destarte, é necessário que o sentenciado cumpra integralmente a condenação na qual foi beneficiado com o livramento condicional, para só então iniciar novo estágio de prova, exigido para a concessão de futuros benefícios, como ensina a doutrina especializada:

(...)

Sendo assim, o marco para a concessão de novo livramento condicional, no que tange às outras condenações do reeducando, deve ser contado a partir da satisfação por completo da pena "que não pode ser objeto da benesse", como bem sustentou o douto Procurador de Justiça oficiante (fl. 27).

Com essas breves considerações, e atenta a tudo mais que dos autos consta, meu voto é no sentido de se dar parcial provimento ao recurso, para fixar como marco inicial de contagem para a concessão de novo benefício do livramento condicional, a data do cumprimento integral da pena em que o benefício foi revogado (sanção referente à guia 1.1). (fls. 61/63).

Inicialmente, cumpre salientar que o livramento condicional possui um regramento próprio previsto nos arts. 83 a 90 do Código Penal e 131 a 146 da Lei de Execuções Penais. Nesse diapasão, a prática de crime durante o período de prova do livramento condicional, suscita sanções diversas (revogação do benefício, vedação de nova concessão e não contabilização do tempo em que esteve em liberdade como cumprimento de pena) daquelas que são aplicadas quando do reconhecimento da falta disciplinar grave (regressão de regime, perda de dias remidos e alteração da data-base para aquisição de benefícios, exceto o livramento condicional, indulto e comutação de pena).

Desse modo, o estabelecimento da data do final de cumprimento da pena da condenação em que foi revogado o livramento condicional, como a data-base para aquisição do referido benefício, nas execuções referentes as outras condenações, configura constrangimento ilegal.

Cito precedentes:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. NOVA INFRAÇÃO NO CURSO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EFEITOS DA PRÁTICA DE NOVA INFRAÇÃO NÃO SE CONFUNDEM COM OS CONSECTÁRIOS LEGAIS DA FALTA GRAVE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A controvérsia, na hipótese vertente, circunscreve-se a definir se o cometimento de novo crime no curso do livramento condicional configura a prática de falta grave, nos termos do art. 52 da Lei de Execuções Penais, ou, se, com incidência das regras próprias do referido benefício, na forma dos arts. 83 a 90 do Código Penal e arts. 131 a 146 da LEP, tem por efeito apenas a sua suspensão e posterior revogação, com a desconsideração do tempo que o apenado esteve liberado.

III - Os efeitos da prática de outra infração penal no curso do livramento condicional, de fato, submetem-se às regras próprias deste benefício e, portanto, não se confundem com os consectários legais da falta grave. Precedentes.

IV - Revela-se, assim, manifestamente ilegal determinar a realização de audiência de justificação para apuração de infração disciplinar, que, fosse o caso, deveria ser apurada mediante instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, como é o entendimento desta Corte Superior.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o v. acórdão impugnado e afastar a apuração de falta grave em vista do cometimento de nova infração penal no curso do livramento condicional (HC 479.923/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 07/03/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CRIME COMETIDO DURANTE O LIVRAMENTO CONDICIONAL. RECONHECIMENTO DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. APLICAÇÃO DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. REGRAMENTO PRÓPRIO. ARTS. 83 A 90 DO CP E ARTS. 131 A 146 DA LEP. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no

sentido de que a prática de fato definido como crime durante o livramento condicional tem regras próprias, previstas nos artigos 83 a 90 do Código Penal, e nos artigos 131 a 146 da Lei de Execução Penal, não se confundido, portanto, com os consectários legais decorrentes de falta grave praticada durante o cumprimento da pena.

2. No caso dos autos, apesar de o apenado ter cometido crime doloso durante o período em que estava sob livramento condicional, não podem ser aplicados os consectários legais inerentes à falta disciplinar de natureza grave ao reeducando, como a regressão do regime de cumprimento de pena para o semiaberto, a perda de 1/3 (um terço) dos dias eventualmente remidos e alteração da data-base para futuros benefícios.

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 344.486/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 13/03/2018).

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para cassar o acórdão impugnado e fixar a data da última prisão do paciente como marco para obtenção de benefícios, bem como, para determinar que os efeitos da unificação das penas não altere a data-base para a concessão do livramento condicional, da comutação e do indulto.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator